

# Em 84, economia sente peso do ajuste

EDUARDO BRITO  
Editor de Economia

Se você não gostou de 83 prepare-se: vai detestar 84. A piadinha, velha apesar da roupa nova, veio ganhando força à medida em que se aproximava o final do ano e emplacou dezembro com cor de verdade. As últimas medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional apenas a reforçaram e, mais do que tudo, tornaram claro que o peso maior da recessão, do chamado ajuste

Foi assim que cada brasileiro sentiu na pele o que significa a expressão **economia de guerra**, usada certa vez, há bastante tempo, pelo presidente Figueiredo — e que, até agora, permanecia como uma expectativa longínqua e passível de exorcização. Aliás, seria prematuro dizer que o brasileiro já a sentiu na pele. Não a sentiu, pelo menos em sua plenitude, exceção aos atingidos pelo desemprego, mas vai senti-la no ano que se inicia, quando então as providências que se tomaram estarão em efetivo vigor.

Um exemplo pode ser dado pelas medidas na área fiscal. Está lá, escrito com todas as letras no Decreto-lei 2.065 — ratificado pelo Congresso — que todos pagarão mais imposto. Mas esse aumento da carga tributária só atingirá a cada um no decorrer de 1984. A classe média pagará uma fatia substancial, principalmente através do hábil artifício que foi o reajuste das faixas de renda para efeito da tributação em níveis inferiores ao da inflação. Assim, alguém cuja renda limitou-se a acompanhar a inflação remeterá ao Fisco uma parte maior dela.

Mas não foi apenas o Imposto de Renda que subiu. Também o imposto sobre circulação de mercadorias pôde ser elevado, graças a autorização aprovada pelo Senado e aproveitada por praticamente todos os estados, mesmo pelos que têm hoje governos eleitos pela oposição. Pouco antes, a emenda Passos Porto implicava, graças a uma nova redação surgida dos diálogos entre Executivo e Legislativo, não mais uma transferência da União para os Estados e Municípios, mas um outro aumento da carga tributária.

Esses aumentos não alcançaram apenas, desta vez, a classe média. O ICM, como imposto indireto que é, atinge indistintamente o rico e o pobre: todos precisarão pagar o mesmo adicional, por exemplo, sobre o frango que comerem após 1º de janeiro. E taxou-se mais fortemente o ganho de capital, como o obtido através do open market, ou seja, sobre a especulação feita pelos particulares ao financiar o excesso de gastos públicos.

A carga tributária, dessa maneira, se elevará a um nível bem superior até ao recorde dos últimos anos, registrado em 1977, quando os brasileiros recolheram ao Tesouro 10,2 por cento do Produto Interno Bruto. Essa proporção caiu a 9,6 por cento em 1978, a 8,1 por cento em 1979 e a atual administração estabilizou-a, até o ano que agora se encerra, em torno dos 8,5 por cento. Em 1984 o seu incremento será superior a 2 por cento, provavelmente fazendo-a passar dos 11 por cento.

Paralelamente, os reajustes dos salários deixaram de seguir a política salarial adotada em 1979 que, embora sacrificasse um pouco a classe média, mostrava-se generosa com a faixa de população que ganha até três salários mínimos e recebia aumentos 10 por cento superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Todo mundo se lembra das sucessivas tentativas do Executivo para aplicar uma política salarial mais restritiva, através de decretos-leis. Seu objetivo, mais do que alcançar o poder aquisitivo dos assalariados, era reconhecer e baixar os gastos das estatais. As empresas privadas, afinal, já vinham se defendendo do descompasso dos custos — e continuam a fazê-lo, como mostram os declinantes índices de emprego — através da rotatividade e dos cortes sumários de pessoal.

A partir de julho, quatro decretos-leis sobre política salarial sucederam-se. Foram retirados ou derrubados pelo Congresso, até que um acordo com o PTB garantiu a aplicação do último, o mesmo 2.065 que contém um pacote tributário. Afirma-se que estava aí o início do processo de abertura econômica, com o Executivo buscando o acordo com o Legislativo. Na verdade, ainda não há mostras claras de que a totalidade do Executivo compartilha dessa visão: a liderança do PDS no Senado, por exemplo, viu-se levada a reagir contra a tentativa de ministros da área econômica para forçar a maioria de senadores a negar qualquer acordo. Só a intervenção do chefe do Gabinete Civil rompeu o impasse.

Com tudo isso, evitou-se que a massa de salários passasse a sofrer reajustes inferiores a 80 por cento do INPC. Essa base ficará perto dos 87 por cento, talvez até um pouco mais de acordo com os cálculos do Ministério do Trabalho. Não deixará de ocorrer, porém uma perda do poder aquisitivo — e uma perda que, como a causada pelas mordidas do Leão, será sentida especialmente no ano que começa. Aos funcionários públicos aplicou-se percentual semelhante, dando-se por 65 por cen-

ta a economia será sentido mesmo no ano que entra.

No decorrer de 1983, em especial no seu segundo semestre, as notícias que encontraram repercussão negativa foram muitas. Sucederam-se as limitações aos reajustes de salários, o aumento da carga fiscal, o corte aos subsídios dados pelo governo. Paralelamente a inflação subia a patamares recordes, não restando dúvidas de que fechará o ano em quase 220 por cento, índice inédito na história do País.

1983  
ANÁLISE  
1984

quando ia entrar para nova audiência, quando aliás mostraria que as próprias financeiras admitiam estar, nove meses após o despacho, cobrando juros de quase 450 por cento.

Na verdade, após terem publicado no final de 1982 balanços altamente positivos, os próprios bancos têm suas queixas, alegando que os seus lucros estão caindo. Há a certeza, porém, de que os juros não cairão. Pelo contrário, o orçamento monetário para 1984, aprovado neste final de novembro, garante uma expansão ainda menor dos meios de pagamento, 50 por cento para todo o ano. Menos moeda, mais juro, é o que determina a lei da oferta e da procura, desafiada em meados de 1983 por um tabelamento de juros que, segundo alguns por má vontade dos aplicadores, acabou não funcionando como se queria. Para o primeiro trimestre de 1984, em especial, o arrocho monetário será extremo.

E um conhecido figurino monetarista. Apertando-se o crédito, diminui-se a inflação à custa de juros maiores que por sua vez levarão os agentes econômicos a contrair-se. Sem tomadores de crédito, ou melhor, com menor demanda por crédito, as instituições financeiras tendem a reduzir os juros, vindo daí um novo estímulo à economia e um novo crescimento econômico, erigido sobre bases sólidas. Na vox populi se diz que empobrecendo todo o mundo se faz trabalhar mais e, assim, a recuperar-se. Só que há tam-

MARCUS OTTONI



Delfim demitiu Langoni, derrubou Beltrão e ampliou ainda mais seu poder

bém quem garanta precisamente o contrário.

O País pôde ver, durante esporádicas mas decisivas visitas, quem foram os seus figurinistas. Diversas missões do Fundo Monetário Internacional estiveram no Brasil esmiuçando números, examinando medidas, remetendo dados e, na prática, suspendendo ou liberando recursos externos. Seria injustiça, no entanto, dizer-se que apenas eles foram os vilões da história toda. Mais do que dos recursos do FMI, o País necessitava do dinheiro dos bancos, quantia muito mais substancial. E os bancos é que não liberariam recursos — ao menos aparentemente — sem o aval representado pela aprovação do Fundo ao programa brasileiro.

Veio daí o que constituiu o maior estrangulamento externo já vivido pela economia brasileira em todos os tempos. O chamado **setembro negro** de 1982 apenas deu uma ideia do que seria o sufoco do segundo semestre de 83, quando os débitos vendidos e não pagos do País chegaram a US\$ 3,7 bilhões. Isso levou a cortes drásticos nas im-

portações, ameaçando a chamada sucatização do parque industrial brasileiro e ao risco de uma moratória declarada. Como a oposição não deixou de lembrar, tudo isso correspondia a uma moratória de fato, embora não de direito.

Superar essa situação foi a grande batalha das autoridades econômicas em 1983, como, ao que tudo indica, também o será em 1984. No meio da guerra tombou o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, integrante de um trio que se tornou conhecido como poucos comandos econômicos da História do País — e um trio que já não era o mesmo ao iniciar-se 1983, pois Langoni se tornara um estranho no ninho. Foi substituído por Affonso Celso Pastore, bem mais ligado ao ministro Delfim Netto, e a luta continuou. Aliás, foi também uma disputa com Delfim que derrubou o ministro da Previdência, Hélio Beltrão.

As chamadas **medidas de ajuste** estenderam-se no decorrer do ano todo, costumando ser

mais freqüentes após as visitas das equipes do FMI. Foi o caso, logo ao iniciar-se o ano, da maldesvalorização do cruzeiro, que perdeu 30 por cento do valor em uma só tacada. A máxi, aliada a perda do poder de compra, ajudou a se conseguir o que seria a maior vitória da economia brasileira, a obtenção de um superávit de 6,3 bilhões de dólares, pelo menos, na balança comercial.

Esse superávit, rezam as cartas de intenções encaminhadas pelo governo brasileiro ao FMI, deverá ser ultrapassado em quase US\$ 3 bilhões no ano que se inicia. Mas, com a redução dos gastos do petróleo — possibilidade basicamente pelo aumento da produção interna obtido pela Petrobrás — haverá uma pequena margem de US\$ 1,2 bilhão para as empresas privadas aumentarem suas importações.

Outros ajustes foram as mudanças da política salarial, o aumento da carga tributária e o drástico corte nos subsídios, praticamente completado na

reunião do Conselho Monetário Nacional em dezembro. Com isso, o preço do trigo subirá, com ele o do pão; os derivados de petróleo igualmente perderão a ajuda oficial. E o mesmo acontecerá com os subsídios dados através do crédito, principalmente à agricultura e às exportações.

O peso do FMI e dos banqueiros nessas medidas de ajuste foi inegável. A primeira das mais severas modificações da política salarial foi tomada logo após uma dramática viagem do ministro Delfim Netto a Londres, onde pôde sentir em importantes contatos o clima existente em relação ao Brasil. Assim, a partir de julho desencadearam-se novas medidas, visando o principal dos vilões denunciados pelo Fundo, o déficit público.

Os fatores internos, como o nível de emprego ou mesmo a inflação passaram, excetuando na retórica oficial, a ser secundários diante do gravíssimo aperto cambial. Feitas as contas, porém, até que a coisa não saiu tão mal, para os cálculos governamentais. Após novas modificações nas cartas de intenções, obteve-se um razoável sinal verde do Fundo e os banqueiros dispuseram-se a fechar um novo jumbo.

Esses novos recursos, dos quais boa parte cobriria de imediato os débitos em atraso, substituiriam o outro jumbo, fracassado quando o FMI, em abril, denunciou o descumprimento das metas acertadas com o governo brasileiro. As novas negociações que se seguiram derrubaram também o coordenador dos entendimentos, antes o pouco discreto Tony Gebauer, pelo respeitado William Rhodes, do Citibank. O ano termina sem que o pacote esteja plenamente fechado, mas o sufoco maior aparentemente passou.

Mais negociações estão sendo encaminhadas no momento, não se excluindo a possibilidade de uma surpresa logo no início de 1984. Mesmo que tudo saia pelo melhor, entretanto, já se sabe que lá por abril ou maio o Brasil voltará à mesa de negociações, conforme admitiu o próprio Affonso Celso Pastore.

Esse será o clima preponderante do ano que se inicia. Haverá um indiscutível aperto interno, embora o comando econômico preveja que o arrocho maior se vencerá em julho, retornando-se o crescimento no segundo semestre. Embora ninguém acene com mais do que um crescimento moderado, será um alívio após três anos de vacas magras. Mas o governo viverá todo 1984 entre a difícil tarefa de tentar cumprir o plano de ajuste proposto, com o aperto que ele implica, ou deixar novamente de segui-lo à risca, arriscando-se a nova crise externa.

WILSON PEDROSA



Anná Jul: a vistosa fiscal do FMI virou personagem da crise



Pastore, apoiado por Galvêas, substituiu Langoni

Os preços em 1983	1º de Janeiro	31 de dezembro
Fusca 1.300	Cr\$ 1.374.484	Cr\$ 3.463.000
Pão francês	Cr\$ 13	Cr\$ 35
Gosolina (litro)	Cr\$ 144	Cr\$ 445
Cafezinho	Cr\$ 40	Cr\$ 120
Feijão (quilo)	Cr\$ 115	Cr\$ 1.180
Carne de 1ª	Cr\$ 680	Cr\$ 2.500

	1980	1981	1982	1983	Variação
PIB	100	98	99	95	- 5
PIB Per Capita	100	96	95	88	-12
Produção Industrial	100	95	96	89	-11
Emprego Industrial	100	92	87	79	-21
Índice de Preços	100	195,1	389,6	1211,6	
Inflação	11,3%	95,1%	99,7%	211%	1984
Dólar (1º/janeiro)	Cr\$ 42,53	Cr\$ 65,50	Cr\$ 127,80	Cr\$ 252,42	Cr\$ 984,00